



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
CURSO DE PSICOLOGIA

**“IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA PERSEGUIÇÃO CONTRA JUDITH BUTLER NO
BRASIL**

ANDRÉ HOLANDA DE MELO FILHO

Maceió – AL

2022

ANDRÉ HOLANDA DE MELO FILHO

**“IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA PERSEGUIÇÃO CONTRA JUDITH BUTLER NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso, realizado no Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sob supervisão do Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita.

Maceió – AL
2022

RESUMO

As perseguições e censuras contra Judith Butler em sua visita ao Brasil em 2017 denunciam o caráter neoconservador de seus perseguidores. O sintagma "ideologia de gênero" aparece como um pilar central nas perseguições, configurando-se em várias estratégias de censura. Neste artigo, objetivo compreender as origens e disseminações de "ideologia de gênero" no Brasil e identificar as estratégias utilizadas contra Butler a partir do sintagma. Percebe-se a tentativa de evocar pânicos morais contra Butler como uma forma de atacar direitos conquistados por minorias.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Judith Butler; neoconservadorismo.

ABSTRACT

The persecutions and censorships against Judith Butler during her visit to Brazil in 2017 expose the neoconservative profile of her persecutioners. The "gender ideology" syntagma shows itself as a central pillar in the persecutions, as it is seen in many censorship strategies. In this article, my objective is to comprehend "gender ideology's" origins and disseminations in Brazil and identify the strategies used against Butler through the syntagma. It is possible to notice many attempts of evoking moral panics against Butler as a form of attacking rights conquered by minorities.

Keywords: Gender ideology; Judith Butler; neoconservadorism.

Introdução

Em 2017, a filósofa estadunidense pós-estruturalista Judith Butler sofreu uma série de censuras ao ser revelada como participante do seminário “*Os Fins da Democracia*”, organizado pelo Sesc Pompéia e realizado em novembro do mesmo ano. As cruzadas contra Butler buscavam desqualificar sua obra e sua pessoa. Sua imagem foi falsamente associada à “pedofilia”, à “sexualização infantil” e ao “assassinato de crianças” (BALIEIRO, 2018).

As cruzadas contra Butler tornaram-se emblemáticas não apenas pelo caráter neoconservador que buscava censurar toda e qualquer obra que não reduzisse o ser humano a um essencialismo biológico, mas também firmavam um compromisso com a agenda “anti-gênero”. Frases e bordões “anti-gênero” tomaram as ruas de São Paulo nos protestos contra a presença de Judith Butler no país, ficcionalizando-a como uma inimiga pública a ser combatida. Nos jargões utilizados, o sintagma “ideologia de gênero” aparece como um tema central.

Encaro o termo “ideologia de gênero” como um constructo neoconservador. Caracterizado por seu caráter fascista, totalitário e fundamentalista, o neoconservadorismo utiliza da religião como meio de opressão contra minorias (ALMEIDA, 2019). De acordo com Barroco (2015), o neoconservadorismo, munido de noções neoliberais, visa combater o Estado social e os direitos sociais, coagindo violentamente minorias que não se encontrem dentro da hegemonia, como ocorreu nas perseguições contra a filósofa norte-americana.

O presente artigo visa discutir sobre a “ideologia de gênero” na perseguição contra Judith Butler no Brasil. Além disso, objetiva também compreender a origem do sintagma “ideologia de gênero”; analisar a disseminação do sintagma no país e, por fim, identificar as estratégias utilizadas pela disseminação de ódio contra a filósofa.

Essa discussão torna-se relevante na medida em que analisa o sintagma “ideologia de gênero” no Brasil, e seus usos como moeda eleitoral e estratégia neoconservadora utilizada na opressão de minorias sexuais e de gênero. Também, pela necessidade de artigos que se aprofundem na temática aqui apresentada (LUNA; OLIVEIRA, 2020). Assim, pretendo que o presente artigo seja utilizado para auxiliar e fundamentar futuras pesquisas para o tema abordado.

A origem da bruxa: “ideologia de gênero”

A série de censuras e perseguições anti-Butler em 2017 no Brasil denunciam algo ainda maior e mais antigo, que é a presença da cruzada antigênero no país, ponto central para a compreensão da retaliação sofrida pela filósofa. As/Os opositoras/es de Butler utilizam vários jargões degradando gênero, se colocam enquanto “anti-gênero” e firmam um compromisso

contra a “ideologia de gênero”, termo empregado várias vezes durante a perseguição. Enquanto pesquisador, compreendo que a análise deste termo, suas origens e seus desdobramentos no Brasil e no mundo são necessários para a plena compreensão sobre as represálias empregadas contra Judith Butler.

O termo é uma criação fundamentalista da Igreja Católica, mais especificamente do Vaticano, para reafirmar um reducionismo biológico e resgatar uma ordem sexual cisheteronormativa e patriarcal (DUQUE; OLIVEIRA; PASSAMINI, 2019). Houve então a tentativa de reduzir todas as teorias, conceitos e obras que abordassem gênero, incluindo as de Butler, a partir de uma série de “teóricas/os anti-gênero”, com o objetivo de articular toda a discussão e teorização sobre o tema em um só conceito, esvaziando-o e dando origem ao termo “ideologia de gênero”.

Pela razão acima, enquanto pesquisador, corroboro com Corrêa (2020) e Junqueira (2018): o termo “ideologia de gênero” é uma invenção católica vazia e que não condiz com teorias, conceitos, obras e vivências de/sobre gênero. Por se tratar de um termo ilegítimo, tendencioso e falso, refiro-me a ele usando aspas, não viabilizando sua existência enquanto ato político. Os estudos sobre gênero ainda são um campo de disputas, e a formação do termo “ideologia de gênero” condiz com uma forma católica de lidar com eles e seus desdobramentos enquanto inviabiliza todas outras formas. Além disso, a partir deste ponto, tratarei o referido termo como sintagma, uma vez que não corresponde àquilo que foi estudado e vivenciado dentro do gênero e é empregada como um neologismo que visa operar na forma de dispositivo retórico e persuasivo neoconservador e, além disso, deslegitimar críticas e estudos sobre gênero (JUNQUEIRA, 2018). Na mesma medida em que deslegitimavam os conteúdos existentes, adicionavam conteúdos com caráter neoconservador.

Tal sintagma foi criado pela Igreja Católica como uma resposta para a crescente força dos movimentos feministas nas décadas de 60 e 70. Federici (2019) aponta a força social desses movimentos, que ganhavam cada vez mais destaques em campos sociais, econômicos e trabalhistas. Também possuíam um caráter transgressor que ameaçava os princípios patriarcais e cisheteronormativos reafirmados pela Igreja Católica. Tendo em vista a importância desses feminismos, suas discussões e reivindicações passaram a ganhar destaque em diversas pautas em conferências organizadas pela ONU (Organização Nações Unidas).

Enquanto os movimentos feministas conquistavam mais destaques e importâncias nas pautas da ONU, a Igreja Católica realizava sua contraofensiva “anti-gênero” nestas mesmas conferências. Não há consenso por parte de autoras/es sobre exatamente quando ou em qual conferência o sintagma “ideologia de gênero” e os ataques ao gênero surgiram, Corrêa (2018)

sinaliza que algumas/uns autoras/es defendem o surgimento durante a IV CMM (Conferência Mundial sobre a Mulher) no ano de 1995 em Pequim, enquanto outras/os defendem o surgimento durante a CIPD (Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento) no ano de 1994 em Cairo, enquanto outras/os, por fim, defendem o surgimento durante a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) no ano de 1992 no Rio de Janeiro. Exposta a falta de consenso, definirei neste trabalho a década de 90 como o período de surgimento do termo. A partir de então, ele foi propagado por diversas/os atrizes/atores de diferentes áreas, em cenários mundiais e nacionais.

O Vaticano aparece como principal força na criação e propagação do sintagma. Intrinsecamente ligadas a ele, importantes autoras/es contribuíram para o fortalecimento do termo. Junqueira (2018) indica Dale O’Leary, católica estadunidense “anti-gay”, como um dos principais nomes na cruzada “anti-gênero” e compromissada com o “antifeminismo”. O autor também aponta o belga Michel Schooyans como uma das forças-motriz dessa cruzada, que criticava o uso de métodos contraceptivos, aborto e direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com útero (JUNQUEIRA, 2018). Em momentos futuros, o aborto assume uma posição central no sintagma “ideologia de gênero”.

Estima-se que o primeiro documento que repudiava a “ideologia de gênero” em solos latino-americanos foi feito em 1998 por bispos peruanos (CORREA, 2021). Já no Brasil, o sintagma aparece pela primeira vez em 2003, quando Elimar Máximo Damasceno, eleito deputado pelo PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), alinhado ao catolicismo, realizou discursos de caráter anti-gênero na Câmara Federal (ARAGUSUKU, 2020). Seus discursos apresentavam elementos homofóbicos e que atacavam o casamento de pessoas do mesmo sexo enquanto, ironicamente, colocava que não tinha nada contra “homossexuais, gays ou lésbicas”.

Um outro momento no qual o sintagma foi fortemente utilizado no Brasil foi em 2007 quando Ratzinger ou Papa Bento XVI visitou o país. Miskolci e Campana (2017) expõem o compromisso católico na América Latina, e conseqüentemente no Brasil, contra a “ideologia de gênero”, uma vez que foram conquistados diversos avanços em direitos sexuais e reprodutivos em países latinos. Tal compromisso foi selado na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe (CELAM) que ocorreu em Aparecida-SP. Até esse momento, é visível um forte protagonismo da Igreja Católica na cruzada anti-gênero que perdurou até 2013, quando a difusão do sintagma ocorria apenas a partir de canais ultracatólicos (CORREA, 2021).

Posteriormente, em 2011, o Brasil foi cenário de controvérsias sobre o “kit gay” e fortes reações de repúdio à lei de casamento igualitário na França (CORREA, 2021). Porém, de

acordo com Corrêa (2021), o sintagma foi trazido à tona mais uma vez em 2013, quando forças católicas e evangélicas antagonizaram não somente debates sobre gênero, mas também debates sobre raça propostos no Plano Nacional de Educação (PNE). A autora também expõe a associação desses movimentos com a “Escola sem Partido”. Percebemos, aqui, constantes ataques à educação e educadoras/es. Dentre as várias reações do movimento “Escola sem Partido”, destacam-se centenas de leis aprovadas a nível nacional municipal e estadual que, de alguma forma, atacam as perspectivas de gênero na educação (CORREA, 2020). O movimento “Escola sem Partido”, todavia, não contava apenas com setores religiosos. Destaca-se por ser uma reação que apresenta um caráter secular. Como atrizes/atores seculares nesta cruzada anti-gênero, no Brasil, destacam-se o MBL (Movimento Brasil Livre), juristas, médicas/os, professoras/es e políticas/os que não apresentam vínculos religiosos (CORREA; PRADO, 2018). Há, aqui, uma união entre grupos neoconservadores e/ou neoliberais.

Durante o período acima descrito, destacam-se também sucessivas tentativas da mídia em incitar pânico morais, sendo o “kit gay” (nome já estigmatizador) um deles (ROMANCINI, 2018). Há, aqui, o movimento em ficcionalizar o “kit gay” associando-o a instâncias pró-pedofilia e esvaziando-o de seu significado. Juntamente ao “Escola sem Partido”, os ataques ao “kit gay” representam uma sequência de ataques ao gênero na educação. Percebe-se neste momento, também, um reforço de essencialismos biológicos ao falsamente associar o ensino de gênero a algo que “corrompa” crianças. De acordo com Preciado (2019), a criança a ser “protegida” por tais dispositivos neoconservadores é o que permite que o adulto naturalize a norma. Os grupos neoconservadores, dessa forma, se comprometem em marginalizar ainda mais as minorias sexuais e de gênero.

A educação vira, além de um espaço formador, um espaço de disputa. Se por um lado, como nos ensina Paulo Freire, a educação deve ser libertadora, por outro lado, este neoconservador, a educação é usada como uma ferramenta hegemônica de normatização. A agenda “anti-gênero” penetra cada vez mais na educação brasileira, visando transformá-la num projeto colonial, liberal e conservador (JUNQUEIRA, 2021), e ao contrário do que o nome “Escola sem Partido” sugere, é nítido o compromisso neoconservador e “anti-gênero” desses setores.

O próximo evento marcante ocorreu em 2017 quando a filósofa estadunidense Judith Butler foi anunciada como participante do seminário “*Os Fins da Democracia*”, organizado pelo Sesc Pompéia e realizado em novembro do mesmo ano. Butler passou a ser ficcionalizada enquanto inimiga pública e sua imagem passou a ser falsamente associada a crimes como

“pedofilia”, “sexualização infantil” e “assassinato de crianças” por pessoas que se diziam contra a “ideologia de gênero” (BALIEIRO, 2018).

Corrêa e Prado (2018) indicam que atrizes/atores dos ataques contra Judith Butler foram os mesmos que protagonizaram constantes ataques durante as eleições presidenciais de 2018. O sintagma “ideologia de gênero” foi um dos principais pilares nessas eleições, resultando na vitória de Bolsonaro, candidato pelo PSL (Partido Social Liberal). Desde então, o sintagma deixou de ser uma retórica que assombrava a democracia brasileira para ser o centro da democracia bolsonarista em forma de políticas estatais (CORREA; KALIL, 2021). A agenda antigênero bolsonarista não se limita apenas ao território nacional, de acordo com Corrêa (2020), o Brasil de Bolsonaro protagoniza ataques contra o gênero em sua política externa.

Dentro deste contexto bolsonarista, o aborto também vira um pilar e adentra na noção de “ideologia de gênero”. Judith Butler não foi a única pessoa perseguida e censurada pela cruzada “anti-gênero”, mas a antropóloga, pesquisadora e ativista brasileira Debora Diniz também foi vítima de ataques sucessivos e, por sua segurança, foi coagida a sair de seu país natal. Debora Diniz é uma exilada política. Na entrevista *Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em umas a polícia bota a mão”* (El País, 2018), a pesquisadora relata que perseguições e censuras contra sua pessoa aumentam em períodos em que ela defende publicamente os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e pessoas com útero publicamente. O relato de Diniz escancara ainda mais o “pânico moral” criado e promovido por grupos neoconservadores e pela mídia acerca de aborto. Quando Diniz discursou na APDF 442 a favor do aborto, as perseguições contra a antropóloga também ampliaram.

Similar à figura de Diniz, temos em Jean Wyllys outro exilado político brasileiro. Político e ativista pelos direitos de minorias sexuais e de gênero, Wyllys tinha sua imagem falsamente associada a instâncias pró-pedofilia em maneira parecida à que aconteceu com Butler. Em 2017, o deputado do PSL (Partido Social Liberal) Alexandre Frota publicava em suas redes sociais a imagem de Wyllys atrelada a frases pró-pedofilia, e o ativista perseguido relata que as expressões de ódio aumentaram após as publicações de Frota (MACEDO; AFFONSO, 2018). Dessa forma, o termo “pedófila/o” não aparece isoladamente no caso de Wyllys, é utilizado com frequência pelos grupos neoconservadores para difamar acadêmicos/as, intelectuais e artistas que de alguma maneira expressam-se contrários ao governo. São construídas/os como ameaças para crianças.

Um dos pilares nesta cruzada “anti-gênero” do governo Bolsonaro se encontra a figura da atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, advogada e pastora evangélica Damares Alves. Em diversos shows midiáticos, a ministra promove pânicos morais com suas

falas que marginalizam ainda mais minorias sexuais e de gênero. “Terrivelmente cristã”, como a própria se denomina, Damares firma um compromisso perverso com o fundamentalismo religioso. Outro compromisso perverso de Damares é reaproximar-se da academia, como exposto em matéria da revista on-line ISTOÉ Dinheiro (2021): a partir da ciência, buscam a valorização da “família tradicional brasileira”.

No meio de tantas censuras e violências anti-gênero, há, em 2020 uma pequena vitória com o STF (Supremo Tribunal Federal) julgando inconstitucionais leis estaduais e municipais aprovadas desde 2014 que proíbem gênero na educação, mesmo com noções anti-gênero se propagando na educação e em outros setores da sociedade (CORREA, 2021). Corrêa (2021) ainda expõe que os setores anti-gênero são os mesmos setores que recusaram a gravidade da Covid, duvidaram da eficácia da vacina e têm, no geral, uma postura anticientífica. O exposto pela autora corrobora, mesmo em 2021, com o que Junqueira (2018) expõe sobre teóricas/os anti-gênero dos anos 90: despreocupação das/os “teóricas/os anti-gênero” em manter um debate acadêmico ou mesmo democrático utilizando técnicas e estratégias – falácias – para ficcionalizar teóricas/os sobre gênero como perigos para a sociedade que devem ser combatidas/os.

Construindo uma bruxa: estratégias contra Butler

Realizada acima a discussão sobre “ideologia de gênero”, sua origem e seus percursos em solos brasileiros, planejo agora centralizar o debate, em específico, na perseguição sofrida por Butler e nas estratégias utilizadas para censurá-la e persegui-la. De acordo com Cyfer (2018), a série de censuras sofridas pela filósofa denunciam, antes de qualquer coisa, a forte polarização e o pânico moral que o país passava no final de 2017, período de sua visita:

Antes mesmo de sua chegada, as redes sociais já esbravejavam mensagens de ódio contra a filósofa que estaria invadindo nosso território para perverter mentes e corações indefesos. Butler foi descrita como uma ameaça aterrorizante, dotada de uma força destruidora que, de longe, extrapola os limites do humano. De fato, os protestos contra Butler não se insurgiram contra uma pessoa. Foram clamores contra o poder diabólico de uma mulher (CYFER, 2018).

Como alguém que possui uma vasta obra científica e acadêmica sobre corpo, sexo e gênero, a norte-americana tornou-se alvo para as falácias “anti-gênero” que ficcionalizavam-na enquanto inimiga da sociedade ou mesmo como bruxa, palavra que aparecia constantemente no vocabulário de seus perseguidores. Nas ruas, erguiam emblemas na imagem da filósofa e “queimavam a bruxa” brandando slogans pré-fabricados. É através desses slogans, de alguma forma relacionados com o sintagma “ideologia de gênero”, que planejo analisar de forma mais

intrínseca as perseguições e censuras contra Judith Butler no Brasil. Planejo, também, identificar que tais censuras não aconteceram isoladamente no caso da filósofa, mas ocorreram de maneira idêntica a outras pessoas e organizações no território brasileiro e fazem parte de uma agenda “anti-gênero” que promove o pânico moral.

Um dos termos mais presentes nos slogans envolvidos na perseguição sofrida por Butler é “criança”. Os perseguidores de Butler brandam ser defensores da infância contra a “corruptora ideologia de gênero”, e acusam a filósofa, como aponta Balieiro (2018), de “pedófila”, “sexualizadora infantil” e até mesmo “assassina de crianças”. Tais termos também aparecem em outros casos de perseguição e censura no país. Em 2017, mesmo ano das perseguições contra Butler, o Queermuseu e o Museu de Arte de São Paulo (MAM) foram alvos de polêmica quando foram acusados, em especial pelo Movimento Brasil Livre (MBL) de “apologia a pedofilia” e “erotização infantil” (BALIEIRO, 2018). Através disso, podemos perceber que as crianças e a infância se mostram um núcleo central nas perseguições.

Essa criança, no entanto, é uma criança inexistente. Assumem que todas crianças nascem na heterossexualidade e são desprovidas de qualquer forma de gênero; assumem a inexistência de uma criança queer (PRECIADO, 2019). O símbolo e núcleo central que visam proteger nada mais é que uma falácia, assim como a própria “ideologia de gênero”, a criança não é vista como um ser pensante ou mesmo como um ser humano, torna-se apenas um símbolo vazio para criticar a (in)existência de uma “ideologia de gênero” igualmente vazia.

Preciado (2019), em sua obra *Quem defende a criança queer?*, sinaliza a criança inexistente que é defendida pelos setores neoconservadores da sociedade: a criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A preocupação desses setores não é centrada na criança ou na infância, é centrada na utilização da infância enquanto incitadora de pânicos morais em momentos nos quais minorias de sexo e gênero conquistam mais destaque nos debates públicos e conseqüentemente mais direitos.

Os discursos que visam “proteger a criança” também são dotados de noções contra a “ideologia de gênero”. Nas imagens mais populares das perseguições contra Butler, podemos verificar cartazes que brandam “mais príncipes, mais princesas, menos bruxas”, “Sonho Judith Butler: destruir identidade sexual dos seus filhos” entre outros. Há, nesses discursos, o resgate do reducionismo biológico no campo de gênero. A estratégia presente nesses discursos visa construir Butler e demais pensadoras/es, acadêmicas/es e ativistas de gênero enquanto ameaças às crianças, e assim deslegitimar conquistas anteriores e futuras conquistas em campos como direitos sexuais e gênero (BALIEIRO, 2018).

A utilização dos termos “criança” e “infância” é, também, uma forma de fortalecer o pensamento neoconservador, uma vez que este evoca a “ideologia de gênero esquerdistas” enquanto corruptora da criança e da infância. O pensamento neoconservador sobre crianças é conflituoso e hipócrita, já que esses mesmos grupos que “defendem” a criança (inexistente) também defendem a redução da maioridade penal, criminalizando a juventude. A estratégia aqui utilizada é responsável por construir a esquerda, e consequentemente acadêmicas/os e intelectuais como Butler, enquanto criminosas/os que ameaçam a criança, “assassinas/os de crianças” e “protetoras/es de bandido”. Há interesse em construir a esquerda como corrupta e corruptora: corrupção evocando tanto degradação política quanto a degradação sexual (CORREA, 2020).

Não obstante, a criança é utilizada por neoconservadores para reforçar as próprias ideologias desse grupo. O compromisso anti-científico do atual governo utiliza as crianças para atacar a eficácia da vacina: em matéria para a CNN Brasil, Lopes (2022) relata a cruzada de Bolsonaro contra a vacinação infantil, com o presidente menosprezando o número de crianças que vieram a óbito por conta de COVID-19. O pensamento neoconservador dessa forma se fortalece, a partir de uma ideia de proteção falsa para uma criança que não existe.

A construção do sintagma também perpassa pelo termo “família tradicional brasileira”. Este evoca ainda outro “fantasma” a ser defendido pelo neoconservadorismo. Definem a “família tradicional” enquanto família nuclear, composta somente pelo homem, responsável pelo sustento da casa, sua esposa e suas/seus filhas/os. Tal recorte é excludente, não leva em conta classe e raça, e intensifica ainda mais papéis sociais de gênero. A “ideologia de gênero”, em toda sua “perversidade” aparece para “corromper” o molde familiar cis-hétero. Na estratégia aqui presente, Butler e outras/os são a personificação da existência de outros moldes (e quebras de moldes) familiares, tornando-se assim uma ameaça direta aos “bons costumes” dos “homens de bem”.

Sendo assim, o recorte “família tradicional brasileira” deflagra a família como indissociável da cis-heterossexualidade, da esposa enquanto subserviente do marido (homens no controle de mulheres) e a autoridade absoluta do pai, tornando a família um verdadeiro estado de exceção (MISKOLCI, 2018). Os feminismos e “ideologias de gênero” são, portanto, construídos como inimigos que buscam a emancipação da mulher e a descentralização da família. A “família tradicional brasileira”, nas palavras de Damares, é terrivelmente cristã.

A própria ministra Damares aparece como uma forte propagadora deste discurso, sendo vital para o aparelho bolsonarista. Suas falas são similares aos slogans que aparecem na perseguição contra Butler: “menino veste azul, menina veste rosa”, “meninas poderão ser

chamadas princesas e meninos de príncipes” e outras atrocidades. Ironicamente ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ela parece trabalhar apenas para as famílias biparentais e cis-hétero, atacando constantemente demais moldes familiares. Somos capazes de perceber na matéria de Castanho (2020), na Folha de São Paulo, que as políticas feitas por Damares visam somente o molde de “família tradicional”, não mencionando ou mesmo excluindo famílias monoparentais e/ou famílias que não se encaixam no molde cis-hétero. Os moldes (ou quebra de moldes) familiares defendidos por Butler são, na visão de Damares, ilegítimos e inexistentes, são “ideologia de gênero”, e por isso devem ser combatidos.

Os direitos sexuais também são alvos nas estratégias que visam censurar e perseguir gênero, em especial na forma de aborto. Também aparecem na perseguição contra a filósofa norte-americana quando a insultam de “assassina de crianças”. Debora Diniz, antropóloga brasileira e ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com útero, relata na entrevista *Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em umas a polícia bota a mão”* (El País, 2018), que as perseguições aumentam em momentos nos quais a antropóloga defende os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres publicamente.

Os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com útero aparecem como uma das pautas mais presentes em movimentos feministas, o que grupos neoconservadores enxergam como uma ameaça, transformando-as num lugar de disputa. O corpo das pessoas com útero contém dentro de si um espaço público, cuja jurisdição se disputa também os poderes religiosos e políticos (PRECIADO, 2019). Assim como controlam a normatização das crianças, o neoconservadorismo visa controlar também os corpos e seus úteros. O útero caracteriza-se, dessa forma, como um espaço de disputa biopolítico (PRECIADO, 2019).

A questão do aborto, dentre as aqui abordadas, é a que assume o maior caráter fundamentalista e religioso, com argumentos comumente baseados em crenças católicas e evangélicas. O debate sobre direitos sexuais e reprodutivos é visto como um tabu para subgrupos fundamentalistas dentro de grupos neoconservadores. Tendem a ignorar qualquer cientificidade acadêmica e descreditam a laicidade do estado, enquanto reivindicam necessidades da “ordem social” e dos “bons costumes” (MACHADO, 2017). Butler, em entrevista realizada por Dillon, Carbajal e Rosso (2019) para a revista argentina *Página 12*, questiona a moralidade cristã presente em leis anti-aborto, e expõe a tentativa de soberania que o estado e a igreja realizam perante corpos com útero.

A estratégia adotada por grupos neoconservadores sobre aborto dispõe-se, então, a reafirmar uma soberania perante corpos, visando questionar os direitos e avanços conquistados por minorias sexuais (PEREIRA, 2018). Ao expor e denunciar tal tática, Butler, assim como

Diniz e outras pessoas defensoras de direitos sexuais e reprodutivos, torna-se uma ameaça a ser combatida e ficcionalizada enquanto inimiga. Torna-se um alvo perfeito para a “ideologia de gênero”.

As perseguições contra Butler não ocorrem de forma isolada. São um sinal perverso de que as perseguições e censuras em solos brasileiros não são mais espectros assombrosos, transformaram-se em forma de governar. Ações até então jamais vistas por grupos neoconservadores passam a ser corriqueiras, as perseguições sofridas por Butler foram ampliadas para outras pessoas e ocorreram, também, em meios digitais.

O jornal O Globo (2017) denuncia uma das estratégias virtuais utilizadas contra a filósofa norte-americana: uma petição de caráter neoconservador no site CitizenGo angariou mais de 350 mil assinaturas contra a vinda de Butler ao Brasil. A petição brandava slogan já vistos, como Butler sendo “promotora nefasta da ideologia de gênero”. Os ataques virtuais não miravam apenas Butler, mas também o Sesc Pompeia que viria a sediar o evento. É a partir de redes sociais que começa a defesa de “nossos filhos”, “nossa heterossexualidade” e demais espectros que o pânico moral neoconservador evoca em sua cruzada contra a “ideologia de gênero” (NEVES, 2018).

Butler expõe a disputa política acerca da “ideologia de gênero” evidente no Brasil: o aborto, a criança e a família, para a extrema direita, tornam-se uma questão de fanatismo moral utilizado por bolsonaristas durante a eleição (LINDER, 2020). Percebemos aqui a conexão entre a criança e o útero biopolítico defendido por Preciado (2019) e a utilização destes artefatos para fins políticos, uma vez que a partir do fanatismo moral presente no tema é possível a manipulação das forças populares para que bolsonaristas, e portanto, neoconservadores, coloquem-se e mantenham-se no poder. Através da “ideologia de gênero”, forças bolsonaristas constroem suas ofensivas.

Na matéria *Assessor de braço direito de Bolsonaro é investigado por suspeita de incitar ameaças contra Debora Diniz* (PIRES, 2020), é exposta uma das táticas perversas do neoconservadorismo: páginas de direita no Facebook são responsáveis por postagens incitando ódio contra Diniz, denominando a acadêmica de monstro por esta defender a descriminalização do aborto. A matéria ainda revela que pessoas por detrás dessas páginas acabaram ganhando cargos públicos e formam o “Gabinete do Ódio”: uma estratégia fomentada por grupos neoconservadores com o objetivo de atacar e espalhar notícias falsas sobre críticas/os do governo bolsonarista e suas práticas em redes sociais. Os responsáveis pelos ataques têm, supostamente, vínculo empregatício com a família Bolsonaro (PRETE, 2020).

O próprio presidente é responsável por propagar ódio e censuras contra suas/seus opositoras/es. Refere-se a opositoras/es como “militantes anti-Brasil”, sendo militante um termo utilizado por grupos neoconservadores para invocar ódio contra as/os críticas/os de seu governo (CARINO; DINIZ, 2020). Enquanto as/os perseguidoras/es gozam de “liberdade de expressão” impregnada de ódio, acadêmicas/os como Diniz têm sua liberdade de expressão e fazer científico constantemente assistidos e ameaçados. O atual governo brasileiro, desta forma, enxerga o fazer científico como uma ameaça a si mesmo e suas pautas neoconservadoras.

Embora *a priori* não podemos associar as perseguições e censuras virtuais contra Butler ao “Gabinete do Ódio”, podemos verificar nos acontecimentos, tanto virtuais quanto presenciais, traços rudimentares do surgimento desta estratégia de censura. O meio digital torna-se uma força-motriz para que bolsonarismos e neoconservadorismos se criem e se propague.

Conclusão

A partir das matérias e artigos estudados, podemos concluir que as perseguições e censuras contra acadêmicas/os e intelectuais não são novidades, embora o ocorrido com Butler em 2017 sinaliza um marco no país ao que tange o aumento das perseguições. Os termos utilizados, como “ideologia de gênero”, são construções que há décadas são reapropriadas e ressignificadas por grupos neoconservadores (JUNQUEIRA, 2018). Em momentos nos quais minorias ganham destaques e direitos em suas discussões sobre gêneros, famílias e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, percebemos que há articulações neoconservadoras.

Como apontado por Federici (2019), as lutas feministas dos anos 1970 são caracterizadas como não apenas movimentos que questionavam as noções de gênero da época, mas mudavam todo um sistema patriarcal, sendo o patriarcado uma base do neoconservadorismo. Paralelamente, com uma estratégia contrária às lutas feministas e conquistas de minorias sexuais, a Igreja Católica também realiza sua “cruzada anti-gênero” nos anos de 1990 em conferências da ONU. A resposta católica consagra a Igreja como um dos maiores disseminadores de ideologias neoconservadoras através do conceito que o próprio clero forjou e atribuiu àquelas/es que vão contra seu interesse: “ideologia de gênero”.

Como feminista e teórica queer, ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos das pessoas com útero e pelos direitos de minorias sexuais, Judith Butler também configura-se como um alvo à censura e violência promovida pelos grupos neoconservadores. Ao conquistar destaque em discussões que dizem respeito aos instrumentos biopolíticos que apresentem algum

interesse ao neoconservadorismo, Butler tem sua liberdade de expressão e até mesmo sua integridade física e moral atacadas de maneira covarde e violenta.

Se a Igreja Católica realizou investidas contra os movimentos feministas por estes apresentarem ameaças ao *status quo* hegemonicamente católico, o mesmo, hoje em dia, acontece com Butler e outras/os acadêmicas/os e intelectuais através de agressores (nem tão) diferentes. As investidas contra a pesquisadora ainda vêm de homens em posições de poder, que enxergam na figura de Butler tudo aquilo que oprimem e rejeitam.

De modo similar, a família Bolsonaro ocupa o mais alto cargo na hierarquia presidencialista republicana e também ocupa cargos de influência política como deputados e vereadores. Flertam com neoliberalismos, fundamentalismos religiosos, totalitarismos e até mesmo a ditadura militar, os quais são o retrato patriarcal do neoconservadorismo. São responsáveis por promover censuras, ódio e até mesmo ataques contra as/os críticas/os de seu governo, chegando ao ponto de supostamente empregar os perpetuadores de ofensivas e notícias falsas contra suas/seus oponentes políticas/os em redes sociais. Buscam manter seu status quo hegemônico a partir da opressão de minorias, entre elas as minorias sexuais e de gênero (PRECIADO, 2019). Butler, Diniz, Wyllys e demais acadêmicas/os e intelectuais representam um risco para o privilégio bolsonarista, e por isso são perseguidas/os e ameaçadas/os.

Os ataques neoconservadores buscam operar utilizando pânico morais nos quais transformam seus oponentes em “monstros”, ou, no caso de Judith, “bruxas”. Evocam uma infância inexistente na ameaça de ser destruída pelo “gênero”; a “família tradicional brasileira” enquanto uma forma de defender moldes muito particulares de famílias e combatem direitos sexuais e reprodutivos enquanto forma de resgatar a soberania clerical e estadual acima de todos os corpos.

As investidas dos setores neoconservadores são muitas e intensas, mas as/os afetadas/os resistem. Artistas, intelectuais, políticas/os e acadêmicas/os juntaram-se para o lançamento de um manifesto que chama a atenção da comunidade internacional e convoca-a para manifestar-se publicamente contra a censura promovida por Bolsonaro e seu governo (EL PAÍS, 2020). A matéria on-line *Artistas e intelectuais lançam manifesto internacional contra censura no Governo Bolsonaro*, publicada no jornal on-line El País Brasil em fevereiro de 2020, denuncia vários ataques do governo: tentativas de reescrever livros didáticos para que adequem-se à sua agenda política, a restrição no número de bolsas de pesquisa em universidades públicas e o consequente limite no acesso à universidade, e a censura de filmes ou documentários críticos. Restrições que se encaixam na visão neoconservadora.

Finalizo este artigo trazendo o protagonismo para intelectuais e acadêmicas/os que, como Butler, resistem aos ataques sucessivamente feitos contra elas e eles. Na matéria *Darcy Ribeiro resiste e persiste* publicada em 2018, por Debora Diniz, no portal UnB Notícias, Diniz aponta que frente a ofensivas opressoras e recheadas de censuras, professoras/es ensinarão ainda mais. Em momentos como este, fazer ciência, pesquisar e escrever é resistência. E Debora Diniz resiste e persiste.

Judith Butler também resiste e persiste. Em entrevista sobre os ataques sofridos no Brasil para o canal TV Boitempo (2017) na plataforma YouTube, a filósofa expõe que o mundo LGBTQIA+ no qual os conservadores desejam destruir já é muito poderoso, e não têm chance de destruí-lo: além de já ser poderoso, torna-se ainda mais poderoso e ainda mais aceito. O neoconservadorismo tenta queimar Butler como uma “bruxa”, mas ela sempre ressurgue das cinzas, como uma fênix.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA PÚBLICA; DINIZ, D. Debora Diniz: “Todas as mulheres fazem aborto, mas só em umas a polícia bota a mão”. *El País Brasil*, 03 de ago. de 2018. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html>. Acesso em 19 de dez. de 2021.
- ALMEIDA, R. *Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira*. Novos estud. CEBRAP, São Paulo , v. 38, n. 1, Apr. 2019, p. 185-213.
- ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política, [S. l.]*, v. 8, n. 1, 2020, pp. 106–130.
- BALIEIRO, F. F. “*Não se meta com meus filhos*”: *A construção do pânico moral da criança sob ameaça*. Cad. Pagu nº 53, Campinas, 2018, Epub June 11, 2018.
- BARROCO, Maria Lúcia S. *Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social*. Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 124, Dec. 2015, pp. 106–130.
- BUTLER, J. Judith Butler no Brasil | Quem tem medo de falar sobre gênero? [legendado]. *TV Boitempo*, 08 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/cozmjJpMakM>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.
- CARINO, G.; DINIZ, D. Brasil, a história em vertigem. *El País Brasil*, 07 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-07/brasil-a-historia-em-vertigem.html>> . Acesso em 05 de fev. de 2022.
- CASTANHO, W. Ministério de Damares estimula formação de casal como entidade familiar. *Folha de S. Paulo*, 24 de jun. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/ministerio-de-damares-estimula-formacao-de-casal-como-entidade-familiar.shtml>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.
- CORREA, S. *A “política do gênero”: um comentário genealógico*. Cad. Pagu nº 53, Campinas, 2018, Epub June 11, 2018.
- CORREA, S. Entrevista: a ofensiva antigênero como política de Estado. *Conectas*. 07 de mar. De 2020. Disponível em <<https://www.conectas.org/noticias/ofensiva-antigenero-politica-estado/>>. Acesso em 05 de dez. de 2021.
- CORREA, S. Ideologia de gênero: assim surgiu o espantalho. *Outras Palavras*. 14 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/ideologia-de-genero-assim-surgiu-o-espantalho/>>. Acesso em 05 de dez. de 2021.
- CORREA, S.; KALIL, I. O. *Políticas Antigênero en America Latina: Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2021, pp. 70-89.
- CORREA, S.; PRADO, M. A. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista de Psicologia Política*, v. 18, 2018, pp. 1-7.

CYFER, I. A bruxa está solta: os protestos contra a visita de Judith Butler ao Brasil à luz de sua reflexão sobre ética, política e vulnerabilidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018.

DILLON, M.; CARBAJAL, C; ROSSO, L. “Prohibir el aborto es penalizar la sexualidad libre”. *Página 12*, 11 de abr. de 2019. Disponível em: <<https://www.pagina12.com.ar/186378-prohibir-el-aborto-es-penalizar-la-sexualidad-libre>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.

DINIZ, D. Darcy Ribeiro resiste e persiste. *UnB Notícias*, 05 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/artigos-main/2605-darcy-ribeiro-resiste-e-persiste>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.

DUQUE, T.; OLIVEIRA, E. A.; PASSAMANI, G. R. Quando a "interdição" tenta invadir a escola e "ex-comungar" as diferenças: algumas reflexões (in)discretas sobre o projeto "Escola Sem Partido". *Rev. Peri. Salvador*, n. 11, v. 2, mai.-out. 2019, pp. 142-160.

EL PAÍS. Artistas e intelectuais lançam manifesto internacional contra censura no Governo Bolsonaro. *El País Brasil*, 07 de fev. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/politica/2020-02-07/artistas-e-intelectuais-lancam-manifesto-internacional-contra-censura-no-governo-bolsonaro.html>> . Acesso em 05 de fev. de 2022.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019. In. Rumo a Pequim: como a ONU colonizou o movimento feminista (2000), 2019, pp. 238-252.

ISTOÉ Dinheiro. *Ministérios investem em projetos científicos sobre famílias*. 14 de out. de 2021. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/ministerios-investem-em-projetos-cientificos-sobre-familias/>>. Acesso em 19 de dez. de 2021.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), 2018, pp. 449-502.

JUNQUEIRA, R. D. O discurso reacionário antigênero e a educação. In: COSTA, F. A.; MESQUITA, M. R. (Orgs.). *Psicologia política no Brasil e enfrentamentos a processos antidemocráticos*. Alagoas: EDUFAL, 2018. Cap. 7, 2018, pp. 159-180.

LINDER, L. “Fanatismo moral contra o aborto é bandeira do bolsonarismo”. *Deutsche Welle*, 18 de ago. de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/fanatismo-moral-contra-o-aborto-%C3%A9-bandeira-do-bolsonarismo/a-54612270>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.

LOPES, J. Bolsonaro volta a atacar vacinação infantil e Anvisa. *CNN Brasil*, 06 de jan. de 2022. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-volta-a-atacar-vacinacao-infantil-e-anvisa/>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.

LUNA, Naara; OLIVEIRA, Leandro. Apresentação Dossiê - Parentesco, família e diversidade: controvérsias públicas e perspectivas etnográficas. *SEXUALIDAD, SALUD Y SOCIEDAD (RIO DE JANEIRO)*, v. 33, 2019, pp. 200-206.

MACEDO, F; AFFONSO, J. Alexandre Frota é condenado por ligar Jean Wyllys a frases sobre pedofilia. *Exame*, 18 de dez. de 2018. Disponível em <<https://exame.com/brasil/alexandre-frota-e-condenado-por-ligar-jean-wyllys-a-frase-sobre-pedofilia/>> . Acesso em 19 de dez. de 2021.

MACHADO, L. Z. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 50, 2017.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. 'Ideologia de Gênero': notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, 2017, pp. 725-747.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018.

NEVES, R. “Joga pedra na Judith”: discursos de ódio e populismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018.

O GLOBO. Polêmicas cercam segunda vinda de Judith Butler ao Brasil. *O Globo*, 06 de nov. de 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/2017/11/06/614733-polemicas-cercam-segunda-vinda-de-judith-butler-ao-brasil>>. Acesso em: 05 de fev. de 2022.

PIRES, B. Assessor de braço direito de Bolsonaro é investigado por suspeita de incitar ameaças contra Debora Diniz. *El País Brasil*, 12 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-13/assessor-de-braco-direito-de-bolsonaro-e-investigado-por-suspeita-de-incitar-ameacas-contradebora-diniz.html>>. Acesso em 05 de fev. de 2022.

PEREIRA, P. P. G. Judith Butler e a pomba-gira. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018.

PRECIADO, P. B. *Un apartamento en Urano Crónicas del cruce*. Editorial Anagrama Barcelona. 2019.

PRETE, R. L. O Assunto #228: Facebook expõe o Gabinete do Ódio. *G1*, 10 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2020/07/10/o-assunto-227-facebook-expoe-o-gabinete-do-odio.ghtml>> . Acesso em 05 de fev. de 2022

ROMANCINI, R. Do “Kit Gay” ao “Monitor da Doutrinação”: a reação conservadora no Brasil. *Contracampo*. Niterói, v. 37, n. 02, ago. 2018/nov. 2018, pp. 87-108.

SPINK, P. K. *Análise de documentos de domínio público*. In M. J. Spink (Ed.), Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez. 1999, pp. 123-151.

VOSGERAU, Dilmeire Santa’anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, [S.l.], v. 14, n. 41, 2014, pp. 165-189.